

Excelências,

Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhor Primeiro Ministro

Senhores membros do Governo

Distintos colegas, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

O Orçamento do Estado para o ano de 2021 (OE2021) foi aprovado, nesta casa, pela maioria que suporta o Governo, contando com o valor global de cerca de 78 milhões de contos, num aumento superior a 3,5 por cento (%) em relação ao Orçamento Retificativo de 2020, visando, segundo o Governo, *“combater e superar a crise”*.

Nesse orçamento muitas certezas foram transformadas em incertezas.

Na verdade, era certa a recessão económica em 2021, pois é manifestamente impossível reverter em um ano uma recessão de 14%.

Era certa a perda de receitas do turismo.

Era certa a perda de receitas provenientes da Taxa de Segurança Aeroportuária.

Era certa a perda das receitas fiscais.

Todavia, todas as certezas foram convertidas em incertezas pelo Governo, apenas para que pudesse ter margens para o seu despesismo, tentador para um contexto eleitoral, mas, a todos os títulos, desaconselhável pela situação real do país.

Aquando da discussão do Orçamento para 2021, o Grupo Parlamentar do PAICV deixou vincado que o documento, *“tal qual desenhado, parecia não ter as respostas para estruturar as reformas que são fundamentais para garantir a sustentabilidade do percurso do País e, ao mesmo passo, garantir uma governabilidade saudável nestas ilhas”*.

Excelências,

A proposta de OR2021 e o Relatório de enquadramento que a acompanha vêm, agora, reforçar o pedido do PAICV, e outras instituições, no sentido do reforço da transparência na orçamentação das receitas e dos gastos públicos em Cabo Verde.

Como era previsível por especialistas balizados, a retoma, infelizmente, não ocorreu. Os turistas não vieram. A arrecadação fiscal está a ficar abaixo do projetado. A economia cresceu menos do que o previsto. Os apoios às famílias e às empresas continuam necessários.

No fundo, as estimativas saíram furadas, como é explicado na proposta de Orçamento Retificativo. De facto, a recessão económica em Cabo Verde continua forte, com cerca de 15% da riqueza nacional a desaparecer em 2020 e com os dados do primeiro trimestre deste ano a apontar para uma quebra na ordem dos 11% do PIB.

Definitivamente, não vale a pena governar para as estatísticas, pois a realidade dura e crua é aquela que nos é dada pela economia real. Nesta perspetiva, importa realçar que o País tinha, em 2016, 209 mil empregados e em 2020 tem apenas 186 627. Ou seja, registámos uma perda de mais 20 mil empregos. Os inativos aumentaram de 140 mil para mais de 193 mil, ou seja, mais de 50 mil pessoas. Destes, cerca de 20 mil são pessoas que querem trabalhar, mas não encontram trabalho.

Segundo dados do Governo, em 2021, o nível de atividade económica permanecerá abaixo de 2019, afetando a arrecadação das receitas fiscais e não fiscais.

Esta situação, aliada ao aumento das despesas decorrentes da necessidade de intervenção do Estado no âmbito das medidas de reforço ao sistema sanitário e medidas socioeconómicas, faz com que o défice público se situe em 13,7% do PIB.

A dívida pública deverá atingir os 158,6% do PIB em 2021, sendo que o *stock* da dívida interna representa 45,6% em 2021 e o da dívida externa 113,0%.

O País precisa conhecer, muito bem, a razão de ser deste Orçamento Retificativo.

Se a razão fundamental é a insuficiência das receitas devido à recessão da economia por causa da Covid 19, imperativo se torna reconhecer que é muito fraco o esforço do lado das despesas.

Com efeito, como perceber um aumento do Orçamento em mais 121.603.085\$00 se o problema está do lado das receitas?

Quando há falta de receitas, o normal não é começar a fazer cortes nas despesas, principalmente nas menos prioritárias?

Ora, este Governo faz exatamente o contrário.

Aumenta as despesas, que já eram insustentáveis, não dá o mínimo sinal de contenção e pede autorização ao Parlamento para aumentar a dívida pública, solicitando a cumplicidade da oposição.

Excelências,

Tal qual venceu o Grupo Parlamentar do PAICV, aquando da discussão da proposta de Orçamento do Estado para o corrente ano de 2021, o Orçamento aprovado foi de um eleitoralismo primário nunca antes visto.

Nas semanas que antecederam a sua aprovação e durante as eleições legislativas, foi apresentado tudo o que de bom este Orçamento do Estado podia trazer às famílias, às empresas e à recuperação do País. Isto numa altura em que já se sabia que o contexto criado pela pandemia era de enorme incerteza e de uma vincada imprevisibilidade.

O Governo e a maioria que o sustenta fizeram orelhas moucas às críticas e às propostas da oposição, demonstrando, realmente, que estavam mais preocupados com as eleições do que com a situação do País.

Hoje facilmente se confirma que a oposição estava certa e que o país estava a ser conduzido no sentido errado.

Passadas as eleições legislativas, eis que o País é confrontado com o que nos quiseram esconder: uma deterioração generalizada da situação económica, financeira e social, que contrasta frontalmente com as promessas do Governo de recuperação económica e de relançamento do turismo.

Também, contrariamente ao prometido aos cabo-verdianos, o Governo não reforçou a transparência na gestão dos recursos públicos, nem reduziu, em 6%, as despesas correntes do funcionamento da máquina pública.

Antes pelo contrário, assiste-se a um forte empolamento da máquina administrativa pública, nomeadamente um Governo de dimensão histórica, seguido de criação de cada vez mais estruturas administrativas para acomodar os *jobs for the boys* e continuação da total falta de transparência na gestão da coisa pública, com particular destaque para o negócio em torno da transportadora aérea nacional, os TACV.

Excelências,

Cabo Verde vive, atualmente, uma das mais profundas crises económicas e sociais da sua história. Segundo indicadores do Instituto Nacional de Estatística, a economia cabo-verdiana sofreu uma recessão histórica equivalente a 14,8% do PIB em 2020.

A recessão económica de 2020 inverteu os progressos na redução de pobreza alcançados ao longo das últimas duas décadas e colocou cerca de 100 mil pessoas na pobreza temporária. Também segundo dados do INE, perderam-se, nesse ano, um total de 19.718 empregos e a taxa de desemprego aumentou para 14,5%.

O défice orçamental aumentou substancialmente, de 2,4% em 2019 para 9,1% em 2020.

O *stock* da dívida pública do País aumentou para o valor histórico de cerca de 256 milhões de contos, 28% superior ao valor de 31 de dezembro de 2015, que era de 200 milhões de contos.

Acresce-se, ainda, o expressivo aumento dos passivos contingentes de 2016 a 2020, por causa do grande uso de garantias do Estado, o que representar um risco orçamental com grande relevância.

Excelências,

A recuperação da economia cabo-verdiana depende, sobretudo, da capacidade de contenção da pandemia a nível interno e nos principais parceiros comerciais, devido à elevada dependência de Cabo Verde face ao turismo e à situação económica destes parceiros.

Assim sendo, é fulcral que se acelere o processo de vacinação de toda a população elegível. Pois, é evidente que quanto mais Cabo Verde se aproximar da taxa de vacinação dos seus principais parceiros económicos, melhor será para atrairmos mais turistas, mas também investimento direto estrangeiro, tão necessários para o desenvolvimento da economia cabo-verdiana e para reinventar e recentrar o nosso tecido empresarial.

Por isso, permitam-me, em nome do Grupo Parlamentar do PAICV, lançar um veemente e genuíno apelo a todos os cabo-verdianos: *nu bá vacina, pa cada um di nós i pa Cabo Verde /nó bá vacina, pa cada um di nós i pa Cabo Verde.*

Cabo Verde, enquanto pequeno país insular em vias de desenvolvimento, tem muitas condicionantes, aliás à semelhança de muitos outros países. Todavia, temos uma condicionante muito marcada: o País tem um elevadíssimo nível de endividamento público. Independentemente da situação de crise pandémica, a dívida hoje é maior do que aquilo que devia ser.

Como se, na verdade, o *“dinheiro nunca mais acabasse”*, desperdiçou-se muito dinheiro, particularmente nas vésperas das recentes eleições legislativas, e investiu-se muito pouco onde era realmente necessário.

É neste quadro que vem o Governo apresentar ao Parlamento a proposta de Orçamento Retificativo do OE de 2021.

Nesta proposta, o Governo, contrariamente ao assumido no respetivo Relatório de Enquadramento, bem como aos pressupostos que levaram à reprogramação das perspetivas macroeconómicas e, conseqüentemente, à revisão do OE2021, revê em alta o crescimento do PIB, de 4,5% para 5,5%.

Já as projeções para as receitas públicas sofreram uma queda significativa, de cerca de 10%. por oposição às despesas públicas que tiveram um aumento de 0,2%.

Daí, o enorme défice orçamental, de 13,7%, que pretende o Governo financiar através de um expressivo aumento do endividamento interno líquido, no valor de 8,8 milhões de contos.

Excelências,

Para o Grupo Parlamentar do PAICV, o Orçamento para 2021 foi mais condicionado do que, na verdade, poderia ser, em resultado das opções políticas desajustadas do Governo, estando este, na altura da sua elaboração e aprovação, mais preocupado em ganhar, a todo o custo, as eleições legislativas de abril passado do que propriamente com os supremos interesses da Nação.

Não nos parece que a proposta do Orçamento Retificativo em apreço esteja ajustada à realidade bastante complexa e exigente que o País vive, e muito menos nos parece ser uma proposta de orçamento realista.

Não se vislumbram na proposta de Orçamento Retificativo quaisquer esforços de racionalização e contenção das despesas públicas. Antes pelo contrário, mesmo em face de uma forte redução das receitas públicas, as despesas públicas não diminuíram. Pelo contrário, acusam acréscimo em relação ao Orçamento Inicial.

Trata-se de uma proposta de Orçamento sustentado no consumo público, não o investimento público. Com efeito, nesta proposta de OR denota-se um excessivo peso do consumo público, particularmente ao nível das despesas de funcionamento, das deslocações e estadias.

Excelências,

A aprovação do limite de endividamento interno tal qual apresentado pelo Governo colocará o País em uma posição ainda muito mais exposta aos problemas críticos da insustentabilidade da dívida pública, com todas as consequências daí advenientes no futuro próximo.

O próprio GAO, no seu relatório de dezembro de 2020, *“reitera a importância de melhorar a governança da dívida e aumentar a sua transparência para assegurar uma boa gestão da carteira da dívida e a responsabilização perante todas as partes interessadas. “*

Mais *“Alargar a cobertura da dívida pública ao sector não financeiro do Estado e aos municípios é importante para aumentar a transparência da dívida e monitorizar melhor os riscos fiscais”*, sublinha o GAO.

Aqui estamos a falar de um montante real de dívida, cujo rácio dívida pública /PIB ultrapassa, em pelo menos 20 pontos percentuais, o valor oficial de cerca de 155%, que, já de per si, é elevadíssimo.

Para o Grupo Parlamentar do PAICV, o OR2021 deveria ser o início da procura de soluções urgentes que a crise pandémica impõe ao País, devendo, também, procurar responder: (i) a setores que estão devastados, designadamente aqueles que direta ou indiretamente têm a ver com o turismo; (ii) responder a um tecido empresarial que já estava fragilizado e agora está ainda mais débil; (iii) responder a elevada taxa de desemprego e ao aumento da pobreza no País; (iv) e responder a ilhas que estão devastadas, designadamente as do Sal e da Boa Vista, pela sua dependência do turismo.

Infelizmente, a proposta de OR2021 não o faz, continuando o Governo a saga da partidarização do setor público, em detrimento de competências técnicas e de meritocracia, a ânsia de distribuir o que não se tem e a obsessão pela propaganda, soberba e arrogância.

Estamos perante uma proposta de Orçamento intransparente e despesista, que não assume as dívidas para com o INPS, não esclarece a situação dos TACV, não presta conta da Newco, não apresenta estudos sobre a viabilidade da criação do Fundo de Emergência nem do Fundo de Garantia do Investimento Privado e nem esclarece os

meandros do negócio entre o Ministério das Finanças e o INPS em torno da compra dos TCMFs, detidos pelo BCV no quadro do Trust Fund.

Em fim, estamos diante de uma proposta de Orçamento Retificativo da opacidade, do despesismo, da dívida e do défice.

Muito Obrigado!

João Baptista Pereira

(Líder Parlamentar do PAICV)